

Soberania de Estado não é mais sacrossanta

Ação em Kosovo mostra que, pelo menos em alguns casos, a proteção dos direitos humanos é mais importante

JUDITH MILLER
The New York Times

NOVA YORK – Na última sessão da Comissão de Direitos Humanos antes do ano 2000, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, revelou uma doutrina com profundas implicações para as relações internacionais no novo milênio. Os ataques aéreos contra a Iugoslávia, disse ele no dia 7, mostraram que o mundo não vai mais permitir que nações pretendendo cometer genocídio se escondam atrás da Carta da ONU, que tem, tradicionalmente, salvaguardado a soberania nacional.

A proteção dos direitos humanos precisa “ter precedência sobre preocupações com a soberania de Estado”, assinalou. “Enquanto eu for secretário-geral, (a ONU) sempre porá os direitos humanos no centro de tudo que faz.” O secretário não estava agindo sozinho. Ele estava, como reconheceu, apenas abraçando uma norma internacional “em evolução”. Ele também reconheceu que o uso da força para proteger os direitos humanos apresenta “desafios fundamentais” às Nações Unidas.

De fato, uma erosão da soberania quando ela conflita com os padrões de direitos humanos foi vista em muitos eventos na última década: a criação de tribunais internacionais para julgar indivíduos acusados de crimes contra a humanidade na Iugoslávia e em Ruanda; o esforço da

Espanha para obter da Grã-Bretanha a extradição do ex-líder chileno Augusto Pinochet para julgamento sob acusações de crimes contra a humanidade; e o próximo julgamento, num tribunal escocês constituído na Holanda, de dois líbios acusados de ter cometido um atentado à bomba contra um avião americano sobre Lockerbie, na Escócia.

Numa certa extensão, concordam os analistas, a posição de Annan é uma reação à dolorosa experiência própria como chefe de uma missão de paz em Ruanda, onde mais de 500 mil pessoas foram massacradas quando o Conselho de Segurança retirou as forças da ONU.

Alguns argumentam que Annan meramente abençoou uma realidade do clima político hoje: a crescente importância dos direitos humanos para a ONU e muitos de seus 185 países membros. Isso ficou mais evidente há duas semanas – na esmagadora rejeição, pelo Conselho de Segurança, de um projeto de resolução condenando os ataques aéreos da Otan como ilegais com o argumento de que não foram autorizados pelo conselho. Só a Namíbia se uniu à Rússia e à China (os co-patrocinadores do projeto) na argumentação de que a forma como a Sérvia trata sua minoria albanesa é essencialmente uma questão interna.

A doutrina de Annan, previsivelmente, ganhou elogios da florescente comunidade de direitos humanos. Mas outros argumentam que, embora bem-intencionada, ela é ingênua, perigosa e pode aumentar as tensões e a paralisia no Conselho de Segurança.

Pelo menos um assessor próximo de Annan teme que a intervenção pa-

ra salvar europeus brancos (embora muçulmanos) em Kosovo, depois que foram ignorados massacres ainda piores em Ruanda e em outras partes, deixa as Nações Unidas abertas a acusações de ter moralidade seletiva e de usar dois pesos e duas medidas. Outros argumentam que, num mundo com cerca de 40 milhões de pessoas refugiadas e deslocadas, a posição de Annan ameaça esticar os recursos da ONU até limites insuportáveis.

Herbert S. Okun, ex-diplomata americano e assessor da ONU sobre narcóticos, adverte que ir à guerra para proteger pessoas também é perigoso. “O uso da força é um instrumento muito grosseiro para a defesa dos direitos humanos”, diz ele.

Em discursos e artigos no ano passado, Annan referiu-se a algumas dessas preocupações, mesmo enquanto mostrava sua crescente ansiedade a respeito das violações de direitos em Kosovo. O Estado-nação não vai desaparecer, escreveu ele na publicação *Humanitarian Intervention*. O respeito pela “soberania fundamental, integridade territorial e independência política dos Estados” continuará sendo “um pilar do sistema internacional”. Apesar disso, ele disse no verão passado em Roma que o princípio da soberania não pode servir de “desculpa para o indisculpável”. A Carta da ONU, lembrou Annan na Inglaterra em junho, “foi feita em nome dos ‘povos’, não dos governos, das Nações Unidas”.

Até a China, diz Kenneth Roth, diretor-executivo da organização Human Rights Watch, não tem bloqueado uniformemente intervenções humanitárias da ONU. Por exemplo: ela não fez objeções à criação de “zonas de exclusão aérea” no Iraque para proteger a minoria curda no norte e os muçulmanos xiitas no sul da repressão movida por Saddam Hussein. Quanto mais brutal a opressão (ou, mais claramente, quanto menos ela lembrar as ações da própria China no Tibete), maior a disposição de Pequim de tolerar a

intervenção humanitária. “Assim, mesmo para a China a porta não está completamente fechada”, diz Roth.

Há uma ligação entre a idéia de pôr fim a atrocidades e a preservação da paz geral, outro objetivo-chave da

ONU. Roth argumenta que o fracasso em responder a uma brutal repressão interna geralmente encoraja um agressor em potencial. “Nosso fracasso em punir o Iraque por sua brutal repressão dos curdos e pelo uso de armas químicas contra eles em 1988 levou Saddam a concluir que ele poderia safar-se ao invadir o Kuwait”, diz ele.

O recurso à força, é claro, não pode ser o primeiro – nem o preferido – meio de intervenção. Pacientemente postas em prática, sanções econômicas específicas contra a Líbia acaba-

ram levando o líder líbio, Muamar Kadafi, a entregar para julgamento os dois homens acusados do atentado de Lockerbie. Por outro lado, quase uma década de duras sanções contra o Iraque não foi capaz de persuadir Saddam a revelar informações sobre sua busca de armas não convencionais.

“A intervenção militar em Kosovo reflete, até certo ponto, as lições do Iraque e de Ruanda”, diz um alto diplomata. A idéia de intervenção humanitária em Kosovo foi persuasiva tanto para a Europa como para os EUA por diferentes motivos, assinalou outro diplomata. A América, cuja identidade nacional deriva mais de uma “agenda de valores” do que de tradicionais noções de sangue, religião ou solo, é há muito tempo uma agressiva promotora dos direitos humanos. Para a América também está em jogo a própria efetividade da Otan como uma aliança.

Para a Europa, o problema de parecer indiferente à repressão e à brutalidade foi especialmente evocativo. Até a Alemanha – que, desde a 2.ª Guerra Mundial, resistiu ao uso da força para resolver problemas políticos – não queria terminar o século aparentando frieza diante do eco das atrocidades que ela causou 60 anos atrás. Parafraseando o ministro alemão de Relações Exteriores, Joschka Fischer, o diplomata citado diz que a decisão, para a Alemanha, estava entre “guerra nunca mais” e “Auschwitz nunca mais”. Desta vez, como o restante da Otan, ela escolheu ir à guerra.

MASSACRE
DE 500 MIL EM
RUANDA FOI
IGNORADO